

2011

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
DIREITO AO CRÉDITO**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS APROVADO PELA ASSEMBLEIA-GERAL EM 2012.02.28

2011

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE DIREITO AO CRÉDITO**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS ANDC 2011

Aprovado em Assembleia-geral de 28 de fevereiro de 2012

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I. ATIVIDADE OPERACIONAL	4
I.1. Crédito concedido.....	4
I.2. Atendimento	4
I.3. Comissões de Crédito.....	4
I.4. Equipe Operacional.....	4
II. COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS.....	5
II.1. Boletim, Site e Facebook	5
II.2. Dia do Microcrédito, Roteiro Microempresários e instituição do Dia Nacional do Microcrédito.....	5
II.3. Divulgação.....	6
II.4. Relações Externas	6
II.4.1. Parceiros Operacionais	6
II.4.2. Outros Parceiros	6
II.4.3. Outras Relações Externas.....	7
III. GESTÃO DE INFORMAÇÃO	7
IV. SERVIÇO GERAIS.....	7
IV.1. Associados.....	7
IV.2. Voluntários	8
IV.3. Secretariado	8
V. CONTAS	8



INTRODUÇÃO

A reorganização da equipa de funcionários, a racionalização dos processos de trabalho e a clarificação das tarefas desenvolvidas por voluntários em ordem ao aumento do volume da atividade operacional com simultânea redução dos custos; a retoma e ativação de parcerias e relações externas capazes de contribuir para a gradual melhoria dos serviços prestados pela ANDC; o aumento da visibilidade dos microempresários e a sua maior participação na vida da Associação; a recuperação do património de reconhecimento público da ANDC – foram os eixos prioritários da ação desenvolvida pela Direção eleita no final de março de 2011.

Apesar do curto espaço de tempo decorrido desde então – na verdade esta Direção conduziu os negócios da nossa Associação durante pouco mais do que o último semestre de 2011 – foi possível obter resultados importantes quando comparados com os de 2010: fechámos o ano com mais microcréditos novos concedidos, acompanhando um maior número de microempresários; reduzimos os custos operacionais; beneficiámos de muitas mais horas de trabalho voluntário; lançámos diversos projetos de parceria com instituições terceiras, alguns dos quais a concluir no primeiro trimestre de 2012; aumentámos a periodicidade de edição do Boletim e criámos novos meios de comunicação; a ANDC reocupou o seu lugar no espaço público, com, nomeadamente, muito maior presença nos media.

É dessa mudança que damos nota, de forma muito sucinta, nos pontos seguintes. Não sem antes expressar o nosso agradecimento aos restantes órgãos dos Corpos Sociais, cuja disponibilidade e atenção foram sempre um estímulo para agir depressa e bem; aos funcionários da ANDC que numa conjuntura muito difícil deram o seu melhor; aos voluntários que, de forma séria e responsável, desenvolveram com profissionalismo as tarefas acometidas e a todos os nossos parceiros, pela abertura a trabalharem connosco em prol de uma resposta mais eficaz e digna aos que procuram o microcrédito, como forma de reconquista da sua autonomia, criatividade, participação e afirmação da personalidade.



I. ATIVIDADE OPERACIONAL

I.1. Crédito concedido

Ao longo do ano foram creditados 164 microcréditos. O total de crédito concedido superou os 1,225 milhões de euros tendo sido criados 230 postos de trabalho no momento do lançamento dos negócios, e, no final do ano, 659 microempresários eram regularmente acompanhados pela Equipa Operacional. A taxa de mora histórica manteve-se ao mesmo nível de 2010 e as Comissões de Crédito aprovaram, ao longo de 2011, 204 projetos.

I.2. Atendimento

Ao longo do ano foi possível montar uma equipa de voluntários responsável por uma larga maioria das tarefas de atendimento de quem se dirige à ANDC. A Direção criou uma estrutura de proximidade para coordenar esse trabalho, reuniu diversas vezes com a coordenadora deste serviço e finalizou uma diretiva sobre o modo de o realizar. Em 2011 a Associação registou 1.481 contatos solicitando financiamento, 316 dos quais deram origem à constituição de dossiers de trabalho.

I.3. Comissões de Crédito

Em Maio a Direção aprovou o regulamento das Comissões de Crédito e, embora continuem a reunir 4 em Lisboa e 2 no Porto, até ao final do ano a sua composição sofreu diversas alterações. Joana Veloso que presidia à Comissão de Crédito mais antiga pediu escusa de tal função.

I.4. Equipa Operacional

A Equipa operacional foi reduzida, tendo passado a ser constituída, por sete Técnicos de Microcrédito (TM), um Gestor Operacional de Microcrédito (GOM) e uma secretária operacional. Foram realizadas 1.887 visitas presenciais a microempresários (recorde-se que esta é, apenas, uma das formas de acompanhamento) e melhorou-se substancialmente a circulação, o rigor e a acuidade da informação, quer na fase de análise do projeto de

investimento, quer durante o acompanhamento, nomeadamente na troca de informações com os bancos parceiros.

Os TM passaram a elaborar, com a supervisão do GOM, Planos de Prospeção concretos e aplicados aos seus territórios, com o objetivo de superar as simples ações de divulgação e concentrarem-se em iniciativas que lhes proporcionem o contato direto com potenciais microempresários. No final do ano foram fixados os objetivos individuais para 2012 e definidas as modalidades de compensação em função de resultados que superem os objetivos.

II. COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS

II.1. Boletim, Site e Facebook

Foram publicados 3 números do Boletim (maio, setembro e dezembro), contrariando, assim, a sua quase extinção (apenas um número fora publicado em 2010). Lançou-se o Facebook da ANDC, de cuja animação se tem ocupado uma voluntária e que terminou o ano com 400 amigos. Encomendou-se a renovação do *site* da Associação, que estará concretizada antes do termo do I Trimestre de 2012. O *site* registou 52.714 visitas e 16.890 visualizações de páginas relacionadas com a Ficha de Contato

II.2. Dia do Microcrédito, Roteiro Microempresários e instituição do Dia Nacional do Microcrédito

Duas iniciativas, centradas em Lisboa, procuraram dar maior visibilidade ao Microcrédito e aos microempresários. Um roteiro de microempresários foi organizado pelo Secretário-Geral, propondo aos associados um passeio pela zona da Baixa de Lisboa com passagem em várias lojas de microempresários. O Dia do Microcrédito reuniu em Lisboa cerca de 60 associados durante uma tarde de debate com 4 microempresários da região.

Foi lançada uma Petição Pública para a instituição do Dia Nacional do Microcrédito em 14 de Dezembro, que ainda se não encontra fechada e em relação à qual se espera a continuação do número de adesões.



II.3. Divulgação

Técnicos de Microcrédito, Secretário-Geral, Membros da Direção e da Mesa da AG, assim como outros associados participaram em diversas ações de divulgação no terreno. O Presidente da Direção esteve particularmente ativo na Comunicação Social de âmbito nacional, enquadrando reportagens e notícias com algum destaque, difundidas em seis ocasiões diferentes.

II.4. Relações Externas

II.4.1. Parceiros Operacionais

A Direção reuniu com os administradores do pelouro dos 3 bancos com os quais temos protocolos em curso e com a Comissão Executiva do IEFP. Salvo a recusa do IEFP em considerar os aumentos de capital para efeitos de financiamento dos créditos contratados, (o que causou, retroativamente, uma redução das receitas daquele ano superior a 54 mil euros), as relações com estes 4 parceiros decorreu normalmente.

Iniciou-se, no último trimestre, um processo de consultas com o Montepio que poderá conduzir a que este banco venha a assinar um protocolo com a ANDC em 2012.

II.4.2. Outros Parceiros

Estreitaram-se relações com a Abreu Advogados no campo da consulta e aconselhamento em questões legais, com a Linklaters para finalizar o manual de apoio à divulgação, com a Vieira de Almeida e Associados para estudar a legislação relativa às sociedades financeiras de microcrédito. Com a Everis desenvolveu-se um trabalho aprofundado de consultoria sobre o modelo organizacional, os procedimentos e fluxos existentes na ANDC. Deste trabalho resultará a apresentação pela Everis, antes do termo do I Trimestre de 2012, de uma proposta de modelo operativo para a ANDC.

Concretizou-se, com grande impacto entre os microempresários, a iniciativa protocolada pela Direção anterior com a Sogrape visando a atribuição de 18 prémios mensais aos mais votados via Internet, no âmbito da celebração dos 200 anos do nascimento de D. Antónia Ferreira.

II.4.3. Outras Relações Externas

No âmbito do reforço das relações internacionais, o Presidente e o Secretário-Geral participaram na Cimeira Mundial do Microcrédito (Valladolid, nov. 2011); durante o decurso da cimeira realizou-se a Assembleia Geral da REM em que, também, participaram; outros membros da Direção participarem em iniciativas da Animar e da Cases; mais uma dezena de protocolos para a divulgação do microcrédito foi assinada com diversas instituições, sobretudo autarquias locais.

III. GESTÃO DE INFORMAÇÃO

A melhoria (em termos de qualidade e acuidade) da informação disponível na Associação decorreu sobretudo da sua obtenção de forma mais expedita e com maior rigor junto dos bancos. As rotinas de produção mensal da informação compilada mantiveram-se, mas continuam a não fornecer indicadores de monitorização da atividade da ANDC da forma que seria mais desejável.

IV. SERVIÇO GERAIS

IV.1. Associados

Ao longo de 2011 os associados foram chamados em maior número de ocasiões do que tem sido normal a pronunciar-se sobre a atividade da Associação, tendo-se realizado cinco Assembleias-gerais, além de diversos outros encontros para debater as perspetivas do microcrédito. Verificou-se a desistência de 6 associados e a adesão de 9 associados. Por outro lado, o expediente relativo à atualização da situação dos associados, tendo em conta os Estatutos, relativamente a quotizações, foi assegurado por voluntários com o apoio do SG e do secretariado administrativo.



IV.2. Voluntários

O Manual do Acolhimento e as Normas sobre o Voluntariado na ANDC passaram a existir como expressão da necessidade de enquadrar um número muito considerável de pessoas que oferecem parte do seu tempo à execução de tarefas na ANDC.

IV.3. Secretariado

A redução deste núcleo a uma pessoa a tempo parcial (deixando de ter qualquer existência no Porto) veio, naturalmente, reduzir a quantidade de tarefas passíveis de ser executada, mas, mesmo assim, a secretária administrativa ainda apoiou em alguns momentos de maior afluxo do atendimento.

V. CONTAS

As Contas refletem o nível de atividade desenvolvido durante o ano de 2011, tendo as Direções procurado realizar uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, tanto na procura de receitas como nas despesas efetivamente realizadas, e nos compromissos assumidos.

O relançamento da atividade, a par de medidas de contenção de custos, algumas delas já iniciadas pela Direção anterior, permitiram inverter o resultado líquido do exercício (sem correção do IEF), tendo atingido o valor de 19 402,31 euros, o que corresponde a um crescimento de 153%. Contudo, tendo-se verificado que o IEF não considerou como elegíveis os projetos correspondentes a aumentos de capital, de 2010, que tinham sido considerados como receitas nas Contas de 2010, no valor de 54 090,91 euros, é necessários fazer o correspondente ajustamento em 2011, pelo que o resultado líquido do exercício foi, em vez de 19 402,31, de -34 688,60 euros.

O resultado, sem a correção do IEF, traduz um crescimento de 13% nos proveitos e de 3% nos custos. Face ao ano de 2010 e numa análise desagregada das suas componentes, destacamos pelo seu peso ou significado os *items* abaixo indicados.

- Ao nível das contas de proveitos:

- Um ligeiro aumento do montante das quotizações dos associados (3%);
 - Um aumento dos donativos que englobam a prestação de serviços Pro Bono (54%);
 - Um aumento do subsídio do IEFP (4%), que traduz o maior número de projetos creditados, e
 - Um aumento muito significativo dos proveitos diversos que englobam as verbas do POPH, Programa realizado em 2012.
- Ao nível dos custos fixos: um decréscimo das remunerações do pessoal (- 9%), justificado pelas medidas de contenção de custos;
- Ao nível dos custos variáveis:
- A diminuição muito significativa dos custos com transportes, deslocações e estadias (- 64%), devida às já mencionadas medidas de contenção de custos;
 - O aumento dos custos com telecomunicações e correio (8%), que reflete, quanto às telecomunicações, a contenção nas deslocações efetuadas no acompanhamento aos microempresários, que quando possível é efetuado via telefónica; quanto aos custos de correio, resultam do envio dos 3 boletins “Notícias do Microcrédito” para um número alargado de parceiros e instituições;
 - O aumento, pela sua totalidade, dos custos relativos ao POPH, cuja contrapartida se reflete nos Proveitos diversos.
- Ao nível das Provisões para Riscos e Encargos:
- A reversão do Fundo de Garantia, e à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, resulta do facto de ao longo de 2011 haver projetos sobre os quais a ANDC deixa de ter qualquer responsabilidade, seja por terem sido amortizados, seja pela reestruturação do empréstimo ou, ainda, por ter sido acionado o Fundo de Garantia. No que se refere à movimentação do Fundo de Garantia no exercício, e segundo as regras estabelecidas, em 2011, teve um reforço de 60.758,07 euros, uma reversão de 47.064,67 euros e uma utilização no montante de 3.985,60, o que significa um aumento de 9.707,80 euros.

- A «Provisão para impostos – Tributação Autónoma» decorre de uma situação que continua pendente na DGCI, mas até estar resolvida considera-se prudente constituir provisão para o efeito específico.

Finalmente, no Balancete Económico-Financeiro é ainda espelhada a situação dos depósitos à ordem e a prazo que no final de 2011 atingiam o montante de 397.390,46 euros, encontrando-se em trânsito o montante de 90 000 euros para um depósito a prazo.

A Direção



2011

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE DIREITO AO CRÉDITO**



CONTAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

BALANCETE ECONÓMICO-FINANCEIRO 2011

DESCRIÇÃO	TOTAL	ORÇAMENTO	DESVIO %	REAL 2010	DESVIO 2010/2011
I - PROVEITOS E GANHOS					
Quotizações	10.800,00	12.000,00	-10%	8.130,00	+33%
Donativos	16.755,30	12.500,00	+34%	10.898,65	+54%
Subsídio IEFEP	502.727,27	630.000,00	-20%	483.636,36	+4%
Venda de livros	385,28	1.500,00	-74%	0,00	---
Conferência Microcrédito	0,00	10.000,00	-100%	0,00	---
IHRU - Iniciativa Bairros Críticos				20.000,00	---
InovSocial	3.013,52	0,00	+100%	15.222,15	-80%
Proveitos diversos	78.771,48	20.000,00	+294%	1.938,72	+3963%
TOTAL DOS PROVEITOS	612.452,85	686.000,00	-11%	539.825,88	+13%
I - CUSTOS FIXOS CENTRAIS					
A - Custos c/ Pessoal					
Remunerações do Pessoal	272.736,28	292.000,00	-7%	301.323,77	-9%
Encargos sociais e fiscais	52.933,98	55.201,00	-4%	55.288,90	-4%
Outros custos c/ Pessoal	4.663,89	7.800,00	-40%	5.844,08	-20%
Soma	330.334,15	355.001,00	-7%	362.456,75	-9%
B - Outros custos fixos					
Honorários Técnico Ofic. Contas	7.380,00	7.600,00	-3%	7.230,00	+2%
Renda de instalações	36.664,42	40.000,00	-8%	34.617,93	+6%
Amortizações de equipamentos	5.984,33	11.500,00	-48%	8.391,74	-29%
Material de escritório e afins	1.714,46	4.500,00	-62%	3.280,21	-48%
Manutenção de instal. e equip.	2.516,80	3.000,00	-16%	1.699,49	+48%
Utensílios desgaste rápido	370,93	2.300,00	-84%	666,37	-44%
Encargos com Viaturas	48.909,23	49.000,00	-0%	48.442,21	---
Quotizações	1.054,00	1.000,00	+5%	150,00	+603%
Soma	104.594,17	118.900,00	-12%	104.477,95	+0%
Soma dos custos fixos	434.928,32	473.901,00	-8%	466.934,70	-7%
II - CUSTOS VARIÁVEIS CENTRAIS					
Electricidade e Água	3.416,72	3.400,00	+0%	3.700,66	-8%
Transp. deslocações e estadias	14.076,18	28.000,00	-50%	39.381,71	-64%
Publicações e Publicidade	4.129,40	11.000,00	-62%	7.823,00	-47%
Trabalhos Especializados Informatica	3.690,00	4.000,00	-8%	3.315,00	+11%
Telecomunicações e correio	27.037,96	27.000,00	+0%	25.148,06	+8%
Juros e serviços bancários	61,70	200,00	-69%	141,23	-56%
Ações formação, Seminários e eventos	1.080,00	8.000,00	-87%	3.852,93	-72%
Conferência Microcrédito	0,00	15.000,00	-100%	1.195,00	-100%
10 Anos - Comemorações	0,00	0,00	---	3.267,00	-100%
Livros, doc. técnica e enc. legais	0,00	600,00	-100%	0,00	---
Serviços Jurídicos	15.503,76	11.000,00	+41%	7.651,40	103%
Programa POPH	54.799,56	0,00	+100%	---	---
Custos Diversos	2.480,14	3.000,00	-17%	3.294,54	-25%
Colaboradores Diversos	15.800,00	15.000,00	+5%	0,00	---
Soma	142.075,42	126.200,00	+13%	98.770,53	+44%
III - CUSTOS VARIÁVEIS LOCAIS					
Soma dos custos variáveis	142.075,42	126.200,00	+13%	98.770,53	+44%
IV-PROV. P/RISCOS E ENCARGOS					
Provisão p/ "Fundo de Garantia"	60.758,07	84.150,00	-28%	54.049,93	+12%
Reversão de Ajustamentos	-47.064,67		+100%	-46.330,02	+2%
Prov.p/Encargos c/Projectos Aprovados			+100%	0,00	---
Provisão p/ Impostos - Tributação Autónoma	2.353,40		+100%	3.062,11	-23%
TOTAL DOS CUSTOS	593.050,54	684.251,00	-13%	576.487,25	+3%
RESULTADO LÍQUIDO SEM CORREÇÃO IEFEP	19.402,31	1.749,00	+1009%	-36.661,37	+153%
CORREÇÃO IEFEP 2010	-54.090,91	0,00		0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-34.688,60	1.749,00	-2083%	-36.661,37	+5%
SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31/12/2011:					
CAIXA :	509,53				
BANCOS					
Conta D/O	146.880,93				
Dep. Prazo	250.000,00				
Títulos					
TOTAL	397.390,46				
O TÉCNICO OFIC. CONTAS					
O TESOUREIRO					
A DIRECÇÃO					
O CONSELHO FISCAL					
SITUAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA EM 31/12/2010:					
REFORÇO DO EXERCÍCIO DE 2011	60.758,07				
RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS EM 2011	-3.985,60				
- REVERSÃO NO EXERCÍCIO DE 2011	-47.064,67				
SITUAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA EM 31/12/2011:					
	169.838,45				

A.N.D.C

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	9.556,37	15.540,70
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Total do activo não corrente		9.556,37	15.540,70
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	9	1.129,05	160,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	16	287.321,33	342.510,91
Diferimentos	14	2.446,47	3.639,67
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	5	397.300,46	115.040,70
Total do activo corrente		688.287,31	231.605,43
Total do activo		697.843,68	708.497,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		33.144,91	33.144,91
Excedentes de revalorização		-7.071,07	29.590,30
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		26.073,84	62.735,21
Total do fundo de capital		-34.688,60	-36.661,37
		-8.614,76	26.073,84
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	8	638.512,33	626.451,13
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		638.512,33	626.451,13
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		1.022,27	1.718,40
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	9	9.380,67	9.324,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	14	360,00	480,00
Outras contas a pagar	17	57.183,17	44.449,23
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente		67.946,11	55.972,44
Total do passivo		706.458,44	682.423,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		697.843,68	708.497,41

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



A.N.D.C

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	385,28	243,71
Subsídios, doações e legados à exploração	12	577 796,23	518 858,51
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	15	-238 648,72	-188 460,89
Gastos com o pessoal	11	-330 334,15	-366 309,68
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)	8	-18 046,80	-10 782,02
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	29 038,18	19 322,95
Outros gastos e perdas			
IEFP 2010	18	-54 090,91	
Restantes gastos e perdas	18	-1 977,30	-2 409,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-33 876,19	-29 536,48
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-5 984,33	-8 391,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-39 862,52	-37 928,22
Juros e rendimentos similares obtidos	10	5 233,16	1 400,71
Juros e gastos similares suportados		-59,24	-133,86
Resultado antes de impostos		-34 688,60	-36 661,37
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-34 688,60	-36 661,37

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



A.N.D.C

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 2011				33.144,91	29.590,30				-36.661,37	26.073,84
Alterações no período:										0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00
Efeito de aquisição / alienação de participadas										0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:										0,00
Aplicação de Resultados 2010										0,00
xxx										0,00
					-36.661,37				36.661,37	0,00
	0,00	0,00	33.144,91	-7.071,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.073,84
Resultado líquido do período									-34.688,60	-34.688,60
Resultado integral									-34.688,60	-8.614,76
Operações com detentores de capital no período										0,00
Realizações de capital										0,00
Realizações de prémios de emissão										0,00
Distribuições										0,00
Entradas para cobertura de perdas										0,00
Outras operações										0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2011	0,00	0,00	33.144,91	-7.071,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.688,60	-8.614,76

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



A.N.D.C

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	370,26	243,71
Pagamento de subsídios		
Pagamento de Apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-239.344,85	-189.671,82
Pagamentos ao pessoal	-330.334,16	-366.309,68
Caixa gerada pelas operações	-569.308,72	-556.737,79
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	614.879,13	419.520,34
Fluxos das actividades operacionais [1]	45.570,41	-136.217,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		-2.407,40
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	0,00	-2.407,40
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	5.233,16	1.400,71
Dividendos	5.233,16	1.400,71
Fluxos das actividades de investimento [2]	5.233,16	-1.006,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-59,24	-133,86
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento	-59,24	-133,86
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-59,24	-133,86
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	56.744,33	-137.358,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	346.646,13	484.004,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	397.390,46	346.646,13

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas

Pedro Amor

A Direcção

[Assinatura]
[Assinatura]

Pedro Amorim
[Assinatura]

A.N.D.C

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito, é uma associação sem fins lucrativos, declarada a sua utilidade pública por despacho de 27 de Outubro de 2004 nos termos do D.L. nº 460/77, de 7 de Novembro “B 02.07.-Proc. 13/4”. Constituída em 14 de Dezembro de 1998, tem a sua sede social em Lisboa, na Praça José Fontana, nº4, quarto andar e tem como natureza de actividade a promoção do desenvolvimento pessoal, económico-social daqueles que se encontram em situação de pobreza ou exclusão social, nomeadamente através de iniciativas que assegurem o acesso e a obtenção de crédito por parte dessas pessoas, permitindo-lhes o desenvolvimento de projectos de natureza económica geradores de auto-emprego ou de micro-empresas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela *Direcção*, na reunião de 15 de Fevereiro de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Direcção entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2010.

A Associação adoptou as Normas Contabilísticas para as entidades do sector não lucrativo (“NCRF-ESNL”)

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de relato financeiro.

Pedro Am

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções em Edifícios Alheios	10
Equipamento Administrativo	1 a 8
Outros Activos Fixos Tangíveis	1 a 8

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Instrumentos Financeiros

a) Outras dívidas de terceiros

Os saldos de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários a ordem e depósitos a prazo vencíveis a curto prazo e de elevada liquidez.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

3.4 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Pedro Am...
HAB

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.5 Subsídios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe salvaguarda de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados em consonância com o Acordo de Cooperação celebrado entre o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação, na circunstância no âmbito do acordo celebrado a 14/12/2010 e, conforme descrito na Cláusula 16ª, em vigência desde 01/01/2010, válido pelo período de três anos.

3.6 Provisões

As provisões são registadas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

3.7 Especialização de exercícios

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Não aplicável no exercício de 2011

Pedro Amaral

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

	2011	2010
Numerário	509,53	433,16
Depósitos á ordem	146.880,93	111.172,27
Depósitos a Prazo	250.000,00	120.000,00
Aplicações de tesouraria	0,00	115.040,70
	<u>397.390,46</u>	<u>346.646,13</u>
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários		
	<u>397.390,46</u>	<u>346.646,13</u>

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2011 e em 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2.011					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis
Activos						
Saldo inicial		7.067,82		52.610,16	14.840,30	74.518,28
Aquisições						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Revalorizações (Nota __)						
Outras variações						
Saldo final		<u>7.067,82</u>		<u>52.610,16</u>	<u>14.840,30</u>	<u>74.518,28</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial		2.827,12		46.569,80	9.580,66	58.977,58
Amortizações do exercício		706,78		1.697,91	3.579,64	5.984,33
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final		<u>3.533,90</u>		<u>48.267,71</u>	<u>13.160,30</u>	<u>64.961,91</u>
Activos líquidos		<u>3.533,92</u>		<u>4.342,45</u>	<u>1.680,00</u>	<u>9.556,37</u>

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

8 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

	2.011					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	Saldo final
Impostos	19.002,18	2.353,40				21.355,58
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso						0,00
Acidentes de trabalho						0,00
Matérias ambientais (Nota __)						0,00
Reestruturações						0,00
Fundo de Garantia	160.130,65	60.758,07	-47.064,67		-3.985,60	169.838,45
Projectos Aprovados Micro-Crédito	447.318,30					447.318,30
	<u>626.451,13</u>	<u>63.111,47</u>	<u>-47.064,67</u>	<u>0,00</u>	<u>-3.985,60</u>	<u>638.512,33</u>

Pedro Amaro

	2.010					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	
Impostos	15.940,07	3.062,11				19.002,18
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso						0,00
Acidentes de trabalho						0,00
Matérias ambientais (Nota __)						0,00
Reestruturações						0,00
Fundo de Garantia	164.197,48	54.049,93	-46.330,02		-11.786,74	160.130,65
Projectos Aprovados Micro-Crédito	447.318,30					447.318,30
	<u>627.455,85</u>	<u>57.112,04</u>	<u>-46.330,02</u>	<u>0,00</u>	<u>-11.786,74</u>	<u>626.451,13</u>

A diminuição de 47.064,67 euros em Reversões de provisões, registada no período corrente, refere-se aos projectos amortizados em 2011, projectos sobre os quais a ANDC deixou de ter responsabilidades.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2011 e em 2010 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2.011		2.010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta				
Estimativa de imposto				
Retenção na Fonte	1.129,05			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		3.398,16		3.345,83
Imposto sobre o valor acrescentado		16,41		16,84
Contribuições para a Segurança Social		5.966,10		5.962,14
Outros Impostos				
	<u>1.129,05</u>	<u>9.380,67</u>	<u>0,00</u>	<u>9.324,81</u>

Não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Fazenda Pública, quer à segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

10 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 2011 e em 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de bens	385,28	243,71
Prestação de serviços		
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota __)		
Contratos de construção (Nota __)		
Royalties (Nota __)		
Juros obtidos (Nota __)	5.233,16	1.400,71
Dividendos (Nota __)		
...		
	<u>5.618,44</u>	<u>1.644,42</u>

Adrian
h2

11 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2011 e em 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	272.736,28	301.323,77
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota __)		
Benefícios definidos (Nota __)		
Indemnizações (Nota __)		
Encargos sobre remunerações	52.933,98	55.288,90
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3.313,19	4.308,72
Gastos de acção social	0,00	3.852,93
Outros	1.350,70	1.535,36
	<u>330.334,15</u>	<u>366.309,68</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de funcionários é 15.

12 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS SUBSÍDIOS

A decomposição da rubrica subsídios à exploração para o exercício findo em 2011 é conforme se segue:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:				
IEFP 2011	502.727,27	330.909,09	171.818,18	502.727,27
PEI	3.235,00	3.235,00	0,00	3.235,00
Programa POPH	68.820,44	9.217,14	59.603,30	68.820,44
InovSocial	3.013,52	3.013,52	0,00	3.013,52
	<u>577.796,23</u>	<u>346.374,75</u>	<u>231.421,48</u>	<u>577.796,23</u>
Subsídios relacionados com activos:				

	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>577.796,23</u>	<u>346.374,75</u>	<u>231.421,48</u>	<u>577.796,23</u>

A Associação obteve em 2011 apoios no montante de 577.796,23 euros, na sua maioria recebidos do IEFP, no âmbito do acordo vigente, estando a Associação a cumprir todos os requisitos nele estabelecidos.

13 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" no exercício findo em 2011 é conforme se segue:

Pedro Anan

	2011
Rendimentos suplementares:	
Royalties (Nota __)	
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota __)	
Outros rendimentos suplementares	
Quotas 2011	5.840,00
Donativos 2011	16.755,30
Formação	
Descontos de pronto pagamento obtidos	
Recuperação de dívidas a receber	
Ganhos em inventários	
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:	
Apropriação de resultados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos (Nota __)	
Ganhos na alienação de interesses em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos (Nota __)	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	23,00
Outros	
Quotas Exercícios Anteriores	4.960,00
Equal e Oficina do Engenho	1.459,88
	<u>29.038,18</u>

14 DIFERIMENTOS

A decomposição da rubrica "Diferimentos" no final do exercício de 2011 é conforme se discrimina:

	2.011	2.010
Gastos a Reconhecer:		
Rendas	2446,47	2.673,80
Seguros Ac. Trabalho	0,00	965,87
Total Diferimentos Activos	2.446,47	3.639,67
Rendimentos a Reconhecer:		
Quotas Período Seguinte	360,00	480,00
Total Diferimentos Passivos	360,00	480,00

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios findos em 2011 e em 2010 é detalhada conforme se segue:



	2011	2010
Serviços Especializados	94.858,45	24.598,07
Materiais	2.085,39	3.946,58
Energia e Fluidos	16.524,25	14.699,00
Deslocações, Estadas e Transportes	14.076,18	39.381,71
Serviços Diversos	111.104,45	105.835,53
	<u>238.648,72</u>	<u>188.460,89</u>

A rubrica serviços especializados (exercício de 2011), inclui 54.799,56 euros do programa operacional POPH

16 ACTIVOS CORRENTES

Outras contas a receber

Em 2011 a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte decomposição:

	2011		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:			
Subsídios IEFP	210.029,10		210.029,10
Programa POPH	59.603,30		59.603,30
Outros	17.688,93		17.688,93
			0,00
	<u>287.321,33</u>	<u>0,00</u>	<u>287.321,33</u>

17 PASSIVOS CORRENTES

Outras contas a pagar

	2011
Outras contas a pagar	
Responsabilidade para férias e sub. férias	34.688,76
Rumo - Programa POPH	22.298,86
Outros	195,55
	<u>57.183,17</u>

18 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" no exercício findo em 2011 é conforme se segue:

	2011
Impostos	780,03
Descontos de pronto pagamento concedidos	
Dívidas incobráveis	
Perdas em inventários	
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:	
Apropriação de resultados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos (Nota __)	
Perdas na alienação de interesses em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos (Nota __)	
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	
Quotizações	1.054,00
Regularização do subsídio IEFP 2010	54.090,91
Outros	143,27
	<u>56.068,21</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Pedro Amaral

A DIRECÇÃO

[Assinatura]

2011

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE DIREITO AO CRÉDITO**



CONSELHO FISCAL

PARECER



CONSELHO FISCAL

Tendo nos sido presentes, pela Direcção, os RELATÓRIO E CONTAS relativos ao exercício de 2011, a serem submetidos à Assembleia-Geral, convocada para o dia 28 de Fevereiro próximo, para apreciação e deliberação, emite-se, sobre os mesmos e em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1, do art.º 23.º do Estatuto, o seguinte:

PARECER

No Relatório é evidenciada, de forma sucinta, mas que consideramos suficiente, a actividade da Associação, bem como os seus aspectos mais relevantes e os principais factos que determinaram o resultado financeiro do exercício.

Das contas, em relação ao orçamentado, ressalta um acentuado desvio, em sentido negativo, ao nível do proveitos, devido, fundamentalmente à baixa do subsídio do IEFP e em sentido inverso, quanto aos custos, devido aos encargos com o Programa POPH.

Não obstante o resultado da exploração foi positivo em 19 402,31 €.

O resultado antes referido, porém, devido ao desconhecimento de proveitos relativos ao ano anterior (2010) no montante de 54 090,91 € e que houve que considerar no exercício, acabou por se situar em (negativo) 34 688,60 €.

Acrescendo tal resultado final ao resultado, também negativo, do ano anterior somos confrontados com uma preocupante degradação da situação financeira da Associação.

PROPOSTA

Tendo presente quanto antecede, ao Conselho Fiscal parece que é de aprovar os RELATÓRIO E CONTAS relativos a 2011, elaborados pela Direcção.

Lisboa, 24.02.2012

O CONSELHO FISCAL